



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Fundamentos teóricos da política social.

**POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA
AMÉRICA LATINA**

Renata Nunes¹

Resumo: A análise da política social no capitalismo contemporâneo no Brasil e na América Latina implica em situá-la em um tipo particular de acumulação, do tipo dependente. Assim, este artigo pretende abordar o tema da política social considerando a particularidade de seu desenvolvimento na fase mais madura do capitalismo e considerando a forma com que se conforma na América Latina, dada singularidade com que esse território compõe o processo de acumulação em escala ampliada. Assim, na primeira parte deste artigo teceremos considerações sobre a fase mais madura do processo de acumulação. Na segunda parte trataremos do processo de acumulação na particularidade da América Latina e suas implicações para a política social neste território.

Palavras-chave: Imperialismo; Política social; América Latina

**SOCIAL POLICY IN THE CONTEXT OF DEPENDENT CAPITALISM IN
LATIN AMERICA**

Abstract: The analysis of social policy in contemporary capitalism in Brazil and Latin America implies placing it in a particular type of accumulation, in a dependent type. Thus, this article intends to approach social policy theme, considering the particularity of its development in the most mature phase of capitalism and considering the way it is formed in Latin America, given the singularity which this territory composes the process of accumulation in an enlarged scale. Therefore, in the first part of this article we are going to weave considerations about the more mature phase of the accumulation process. In the second part, we are going to deal with the process of accumulation in the particularity of Latin America and its implications for social policy in this territory.

Keywords: Imperialism; Social policy; Latin America

Introdução

O debate da política social como resposta a “questão social”, consiste em tema relevante de preocupação de profissionais e estudiosos de diferentes áreas. Campo de especial interesse para o Serviço Social, a política social conforma-se como terreno onde ganha materialidade a atuação profissional, seja nos processos de formulação, gestão ou execução.

Elemento essencial para a abordagem da política social consiste no aprofundamento do debate da “questão social”, considerando-a como indissociável do processo de acumulação e de seus efeitos para classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <renata.net@gmail.com>. A autora deste trabalho manifesta inteira concordância com a divulgação deste artigo.

Portanto, a “questão social” é constitutiva das relações sociais capitalista. Sistema de produção este, que tanto participa da produção das condições materiais de vida, quanto relações sociais mais amplas, ou seja, da totalidade das relações entre homens e uma dada sociedade. Portanto, é na *lei geral de acumulação* do capital que encontra-se a raiz da “questão social” (IAMAMOTO, 2001). Tal consideração é fundamento essencial para o entendimento da “questão social” nas suas mais diferentes expressões, portanto, essencial para pensar a edificação das políticas sociais na atualidade. Com efeito, torna-se basilar colocar em relevo o processo de exploração da força de trabalho nos marcos da mundialização do capital, sob regência do capital financeiro. Na primeira parte deste artigo teceremos considerações sobre a fase mais madura do processo de acumulação. Já segunda parte, trataremos do processo de acumulação na particularidade da América Latina e suas implicações para a política social neste território.

Capitalismo Imperialista e a edificações Políticas Sociais

No final do século XIX e início do século XX ocorre importante transição do processo de produção capitalista, conferindo particulares contornos a sua fase mais madura. Trata-se do período em que o capitalismo concorrencial sede lugar ao capitalismo monopolista. Netto (2006), ao referir-se a essa transição considera que a era dos monopólios altera a dinâmica inteira da sociedade, potenciando contradições da fase anterior e as combinando com novas contradições e antagonismos. Tal processo obedece ao objetivo primário de acréscimo dos lucros por meio do controle dos mercados, onde os bancos e sistema de créditos tem função redimensionada.

Ao tratar do capitalismo do início do século XX, Lenin (2002) demonstra que esta etapa de desenvolvimento é proeminentemente marcada pelo incremento da indústria e pelo processo de concentração da produção. A concentração¹ da produção nas mãos de um pequeno número de empresas apresenta-se como uma importante característica do capitalismo em sua fase monopólica. Da livre concorrência, característica de etapa

¹ Segundo Mandel (1985), a acumulação e a concentração de capital no período do capitalismo monopolista coloca uma quantidade cada vez maior de capital à disposição de grandes empresas, por meio dos superlucros que realizam. Tendo como consequências o autofinanciamento e a supercapitalização. Para eliminar concorrência, gerar o aumento das vendas e da produção, busca-se a expansão para além do mercado nacional. A expansão ocorre via diferenciação e combinação de setores no mercado interno e especialização e diferenciação dos produtos no mercado mundial.

anterior do processo de acumulação, transita-se para era dos monopólios, que resulta no gigantesco processo de socialização de produção. Os monopólios, por meio de *cartéis*, *trustes*, passam a ser à base da vida econômica, neste prospecto o capitalismo transforma-se em imperialismo.

Neste contexto é particularmente essencial os processos de aperfeiçoamento técnicos, que vão influir decisivamente em todo processo de produção e reprodução desse modelo de sociabilidade. Quanto aos processos de aperfeiçoamento técnicos e inovações aplicadas ao processo de produção, Mandel (1985), já fazendo uma análise do capitalismo tardio do final do século XX, destaca que uma das principais características de sua fase madura consiste na redução do tempo de rotação do capital fixo. A busca incessante pelo superlucros empreendidas pelos diferentes capitais gera pressão para reduzir custo do capital constante e para aumentar a taxa de mais-valia através da produção adicional de mais-valia relativa. A redução do tempo de rotação do capital fixo teria vínculo direto com a aceleração da inovação tecnológica e sua introdução no processo de produção. Cabe ainda ressaltar, que economia do trabalho vivo, fruto da introdução de novas tecnológica ao processo de produção, contribui para o aumento significativo do exército industrial de reserva. O aumento da população fora do mercado de trabalho é contradição importante do modo de produção em sua fase madura. Como sugere Marx,

Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza de base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa contradição de existência do modo de produção. (MARX, 2017, p.707).

Como assinalado anteriormente, a característica fundamental dessa fase madura do capitalismo aparece na transformação de bancos em monopolistas, fato que constitui processo essencial para a transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. A junção de capital bancário e industrial (união dos bancos com maiores empresas industriais e comerciais por meio de fusão mediante a posse de ações ou participação de diretores nos conselhos de administração das empresas e vice-versa) é característica central dessa etapa. Assim, a luta entre pequeno e grande capital alcança novo grau de desenvolvimento (LENIN, 2002).

No início século XX, a dominação do capital financeiro demarca a nova etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capital financeiro, concentrado nas mãos de poucos, que por sua vez desfrutam de monopólio efetivo, obtém superlucros,

que aumentam crescentemente com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do estado, etc. (LENIN, 2002).

Importante destacar, que o monopólio dos bancos funde-se ainda com o monopólio da renda da terra e de suas vias de comunicação, processo que pode ser claramente demonstrado com a especulação imobiliária de áreas periféricas das cidades. Como Lenin (2002) demonstra, o monopólio uma vez construído, controla e penetra em todos os aspectos da vida social. Dessa forma, “[...] o imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é o capitalismo em seu grau superior [...] O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital implica no predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira [...]” (LENIN, 2002, p.45).

Ademais, diferente da fase concorrencial do capitalismo que se caracterizava pela exportação de mercadorias, a fase mais recente do capitalismo moderno caracteriza-se pela exportação de capitais. A possibilidade de exportação de capitais para países da periferia conforma-se no colonialismo, seja de tipo usurário ou possessões coloniais. Nestes marcos, há o entrelaçamento do mercado interno com o externo de modo que os capitalistas “*partilham o mundo*”, nas palavras de Lenin. A transição para o modo de produção capitalista para o de tipo monopolista se encontra relacionada com a exarcebação da luta pela partilha do mundo (LENIN, 2002).

A posse de colônias é o que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta contra o adversário [...]. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura por fontes de matérias-primas no mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LENIN, 2002, p. 63).

Lenin (2002) ao tratar de política colonial na época do imperialismo, considera há dois grupos de países, as colônias e os que as possuem. Entretanto, há ainda países que estabelecem outras formas de dependência que mesmo que desfrutem de independência do seja do que do ponto de vista formal e político, encontram-se dependentes do ponto de vista financeiro e diplomático.

Mandel (1985) ao tratar do surgimento dos monopólios, sinaliza que estes geraram a superacumulação nas metrópoles e à propensão de exportação de capitais, dividindo o mundo em esferas de domínio e influências sob o controle das potências

imperialistas. Fato que produziu aumento de despesas com armamentos¹ e com o desenvolvimento do militarismo, levando a um crescimento do aparato estatal. O autor chama ainda atenção para a questão da “*Troca Desigual*” intercapitalista que é constructo que configura o desenho do poder no mundo. No período imperialista clássico, a principal forma de superlucro origina-se da diferença entre as taxas de lucro das metrópoles e das colônias². Essa grande diferença se explica porque parte substancial da mais-valia produzidas nas colônias e semicolônias eram drenadas para as metrópoles para que impulsionar a acumulação ou distribuída como renda excedente. A troca desigual significa que os países periféricos tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo por uma quantidade constante de trabalho metropolitano.

Netto (2006) dá ênfase ao fato de que o rearranjo do mercado capitalista no globo dá prosseguimento a renovadas políticas neocolonialistas que controlam povos e nações. Em havendo limites para maximização dos lucros via controle dos mercados, utiliza-se como recurso a intervenção extra econômica do Estado. Na idade dos monopólios a função do Estado incide na organização e dinâmica da economia, sendo que suas funções políticas imbricam-se com suas funções econômicas. Neste sentido, o Estado atua para garantir os superlucros desempenhando diversas funções, operando para as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Para Mandel (1985) as principais funções do Estado na fase do capitalismo tardio consistem em: a) criar as condições gerais de produção; b) reprimir ameaças das classes dominadas ou de frações da classe dominante, por meio do exército, da polícia e do sistema judiciário e penal; c) integrar as classes dominadas, garantindo através da ideologia dominante a aceitação da exploração pelas classes dominadas. Ademais, o autor com base nas contribuições de Gramsci e Lukács dá destaque à função integradora do Estado realizada por meio da ideologia dominante.

¹ Despesas com armamento segundo Mandel (1985) teria dupla função: de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra rivais imperialistas e povos coloniais e de proporcionar uma fonte de acumulação de capital.

² Fontes de diferenças das taxas de lucros sobre o capital investido nas metrópoles e nas colônias: a) composição orgânica média do capital nos empreendimentos coloniais menor; b) taxa média de mais-valia das colônias excedia frequentemente das metrópoles; c) presença de um enorme exército industrial de reserva permitindo que a força de trabalho caísse ainda mais baixo de seu valor nas colônias; d) sistema colonial transferiu parte dos custos indiretos do funcionamento total do modo de produção capitalista para sobreproduto pré-capitalista das colônias.

Mandel (1985) ressalta a importância da legislação social que ganhou impulso no período imperialista, em certa medida, como concessão à luta da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo respondendo aos interesses da reprodução ampliada capitalista, de modo a assegurar a recomposição física da força de trabalho devido à superexploração. A ampliação da legislação social determinou a ampliação do valor socialmente criado em favor do orçamento público, uma vez que este tinha que absorver um percentual de rendimentos sociais maior para subsidiar a base material adequada à escala ampliada do Estado burguês monopolista. Para referido autor, registra-se uma falsa crença na redistribuição, pois na verdade a queda da taxa média de lucro, não passa de um reformismo que visa à estabilização da economia e de seus níveis de lucro.

A redução no tempo e rotação do capital, como já mencionado, também acarretaria no aumento de planejamento do Estado, assim como na socialização dos custos (riscos) e perdas do processo produtivo. Exemplo disso pode ser representado pelo financiamento de pesquisas e custo de desenvolvimento com uso do orçamento do Estado. Ao apresentar dificuldades de valorização, o Estado atua proporcionando oportunidades para investimentos lucrativos. Outra função refere à administração das crises do capital, via políticas anticíclicas. Além disso, o Estado desenvolve engrenagem ideológica para ‘integrar’ o trabalhador a sociedade capitalista. Dessa forma, o controle no sistema produtivo e reprodutivo, seja pelo capital ou indiretamente pelo Estado seguem no sentido de evitar que as crises sociais ameacem o sistema, assim como deve atuar para garantir o processo de valorização do capital.

A atuação do Estado burguês como garantir do processo de valorização do capital constitui em elemento fundante para compreender as estruturas edificantes das políticas sociais e seu caráter genuinamente contraditório. Como nos adverte Netto (2006), dentre as funções operadas pelo Estado para a garantia da valorização do capital está a conservação física da força de trabalho, no capitalismo monopolista – com a função primordial de preservação e controle contínuo da força de trabalho ocupada e excedente. Mediante a generalização e institucionalização de direitos permite organizar consenso, buscando legitimação política. Assim, o Estado burguês é permeável às demandas da classe trabalhadora e nestas condições as sequelas da “questão social” torna-se objeto das políticas sociais.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de

categorias e setores cujas demandas incorpora sistema de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2006, p. 30).

Entretanto, a intervenção do Estado sobre as sequelas da “questão social”, por meio das políticas sociais, se faz de forma fragmentada e parcializada, deslocando-a das contradições constitutivas da relação capital/trabalho (NETTO, 2016). Portanto, o debate da política social em tempo de capital monopolista não pode prescindir de análises das principais determinações que configuram o processo de produção e reprodução social. Esterilizar da análise da política social a exploração do trabalho e, portanto a luta de classes e suas principais mediações e contradições contribui para o ocultamento dos processos de exploração das classes subalternas.

Diante disso, faz-se oportuno e necessário situar o debate da política social em seu solo histórico, assim, a análise deve compreender as particularidades da “questão social” na América Latina.

Considerações sobre a Política Social na América Latina

Como diz Galeano (2009) “há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder”. Pensar a “questão social” e a política social em terra Latina Americana requer considerar as particularidades que atravessam esse território e as determinações e contradições que forjam uma tessitura própria.

Como nos ensina Marini (2005), a economia Latino-americana apresenta particularidades. O autor fala da configuração de um capitalismo *suguris*, em que apresenta características próprias onde a estrutura global do capitalismo funde-se a estrutura de produção latino-americana. Portanto, para analisar o capitalismo dependente em solo latino americano é fundamental pensá-lo no conjunto do sistema capitalista mais ampliado, envolvendo o âmbito nacional e o internacional.

Para Marini (2005), a América Latina desempenha papel importante na formação da economia capitalista mundial. Salienta o autor, que para formação da grande indústria nos países centrais foram fundamentais os países dependentes. Para o incremento da classe operária e em geral da população urbana no século do XIX nos países centrais foram essenciais os meios de subsistências advindos dos produtos agrícolas da periferia do mundo, sendo estes proporcionados, em grande parte, pelos

países da América Latina. Tal fato, permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. A capacidade da América Latina de criar oferta mundial de alimentos (que reduzirá o valor real da força de trabalho nos países industriais) consiste em condição necessária para sua inserção na economia mundial.

Ainda é fundamentalmente relevante a formação de um mercado de matérias-primas, com a qual a América Latina contribui para o desenvolvimento industrial nos países centrais. Para Marini (2005), a participação da América Latina contribuirá para o deslocamento do eixo de produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa para estes países. Esse deslocamento nos países centrais com participação importante da América Latina se dá via o aumento da exploração da força de trabalho¹. O aumento da mais-valia relativa está associado à desvalorização do salário, pois incide nos meios necessários à reprodução da força de trabalho. Como a América Latina assume a função de prover alimentos aos países industrializados para subsidiar a população urbana desses países, contribuiu de forma importante para reduzir o valor real da força de trabalho.

Nesse processo, como lembra Marini (2005), temos a deterioração dos termos de trocas, depreciando os bens primários na relação com os produtos industriais. Essa transgressão da lei de troca implica decisivamente, de modo que *as nações desfavorecidas devem ceder parte do valor que produzem*. As nações desfavorecidas tentam compensar o desequilíbrio entre os preços e valor das mercadorias exportadas, ou seja, procuram compensar a perda do comércio internacional por meio de uma maior exploração do trabalhador.

Portanto, a troca desigual torna-se alavanca na busca pelo o aumento do trabalho excedente. Para tanto, se utiliza de diferentes mecanismos, seja por meio da mais-valia relativa (com a intensificação do trabalho), seja via mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho), ou ainda pelo fundo de consumo do trabalhador (parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho) que se converte em acumulação de capital. Para o autor, funda-se um modo de produção baseado na exploração do trabalhador e não no desenvolvimento das capacidades produtivas. Convém lembrar que para Marx,

¹ Com as transformações técnicas no processo de produção, como já citado, há a desvalorização da força de trabalho. Ademais, Marini (2005) ressalta que a procura por reduzir o valor individual da mercadoria com o aumento da produtividade, em relação às condições gerais de produção obtém-se uma mais-valia superior aos dos concorrentes, ou seja, uma mais valia extraordinária.

[...] a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. (MARX, 2017, p.695).

Neste contexto são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho. Para Marini (2005), isto acontece seja porque o trabalhador é obrigado a um dispêndio superior de força de trabalho, seja porque lhe é retirada a possibilidade de consumo que permita conservar sua força de trabalho. Assim, o trabalho é remunerado à baixo de seu valor, ou seja, há uma superexploração do trabalho.

A questão da superexploração do trabalho é chave analítica importante da contribuição de Ruy Mauro Marini, sobretudo para o debate da “questão social” e da política social na América Latina. Se a “questão social” tem sua raiz na contraditória relação capital/trabalho, ponto de inflexão crucial está na particularidade de como essa contradição ganha “outras” formas na periferia do mundo. Ao tratar de novas formas de mais trabalho, Lukács nos auxilia neste debate conforme segue:

[...] o desenvolvimento econômico produz constantemente novas formas de mais-trabalho, novas formas de sua apropriação (e de suas garantias jurídicas), novas formas de sua distribuição entre os diferentes grupos e extratos de apropriadores. O que se conserva como substância desse desenvolvimento desigual e repletos de contradições na mudança continuada fica reduzido ao fato da apropriação – e em decorrência do crescimento das forças produtivas – à crescente quantidade e qualidade do que é apropriado. (LUKÁCS, 2013, p. 269).

Portanto, o processo de produção e reprodução capitalista tem como substância a apropriação em escalas diferenciadas e particulares, mas que mantém como cerne a exploração da força de trabalho. Como salienta Marx (2017), a lei geral de acumulação capitalista, expressa que a diminuição do grau de exploração trabalho ameaça a sua reprodução do capital em escala ampliada. Não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização do capital, em vez de a riqueza produzida servir às suas necessidades. Essa antinomia é própria do metabolismo desse modelo de sociabilidade, e, portanto fundante para análise da política social.

Ponto fundamental para esse debate é destacado por Paiva, Rocha e Carraro (2010), quanto ao *problema* do excedente. Com base em Baran e Sweezy as autoras entendem o excedente econômico como a diferença entre produção social e os custos para essa produção, aparecendo como problema na fase do capitalismo monopolista, uma vez

que tende a aumentar tão expressivamente que há uma incapacidade de sua absorção de forma lucrativa. Dessa forma há três maneiras de absorvê-lo, seja por meio: a) das despesas com publicidade; b) dos gastos com equipamentos militares; c) despesas com a administração civil. Para as autoras, o problema do excedente na América Latina tem especificidades, dando particularidade também a tessitura da política social.

Conforme já mencionado, as trocas desiguais entre centro e periferia se configuram em transferência de mais-valor, uma vez que essa dinâmica de acumulação permite a compensação da perda de valor da força de trabalho gerando a superexploração do trabalhador. Portanto, o excedente produzido na América Latina, como resultado do mais valor extraordinário é apropriado pelos seguintes seguimentos: a) capital privado interno; b) pelo capital externo e; c) pelo Estado dependente. Assim, o excedente apropriado pelo Estado cumprirá: a) financiar o processo de acumulação; b) pagar a dívida externa e seus juros; e c) sustentar o precário financiamento das políticas sociais e demais investimentos na reprodução social. Para Paiva, Rocha e Carraro (2010), como são poucos os investimentos utilizados para financiar as políticas sociais, as conquistas do campo dos direitos sociais sempre atendeu a correlação de forças entre as classes.

Observa-se que em tempos de capital financeiro o processo de reprodução social do trabalhador é afetado substancialmente, impondo aos trabalhadores os custos do capital financeiro, como apontado por Marini (2005). Ademais, são registradas recorrentes perdas ao trabalho protegido, pois muitas das garantias legitimamente conquistadas passam a ser “flexibilizadas”. Outrossim, parte significativa de serviços sociais são mercadorizados e diante da recorrente agenda de “ajustes fiscais” as políticas sociais tornam-se cada vez mais restritiva e excludente. Com efeito, deflagram-se obstáculos crescentes a reprodução da classe trabalhadora.

Logo, torna-se importante o realce no fato de que a política social se constitui carregada de contradições próprias de uma sociabilidade fundada na exploração do trabalho e, portanto, na luta de classes. Sobre as classes, Lukács faz a importante consideração:

Ora o desenvolvimento do trabalho, bem como a divisão do trabalho dele decorrente, volta a produzir, num estágio superior, algo qualitativamente novo, a saber, que o homem tem condições de produzir mais do que precisa para sua própria reprodução, então esse fenômeno econômico deve dar origem na sociedade, a estruturas totalmente novas: a estrutura de classes e de tudo dela decorrente (LUKÁCS, 2013, p. 266).

Neste aspecto, corroboramos com Hobsbawm (apud YAZBEK, 2009, p. 26) que considera que *“A classe não é apenas um relacionamento entre os grupos, é também sua coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima”*. Desse modo, analisar o Estado burguês e as políticas sociais operadas por ele para responder à “questão social”, requer considerar o movimento da realidade, suas contradições e determinações sócio-históricas. Neste sentido, Kosík (1976, p.11) contribui:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sobre certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contraditório. A essência não se dá imediatamente no fenômeno; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é (KOSÍK, 1976, p. 11).

Destarte, o esforço é de captar a processualidade contraditória da realidade buscando capturar o movimento e lógica do real, com vistas a desocultar a substância da “questão social” e da arquitetura das políticas sociais no contexto do capitalismo financeiro.

Galeano (2009) nos dá um exemplo importante de como a realidade pode ser falseada quando recupera que Banco Mundial já chegou a anunciar que a explosão demográfica seria o maior obstáculo para o progresso na América Latina. Assim, a prioridade para empréstimos financiados pelo referido banco seria prioritariamente para países que investissem no controle de natalidade. A discursiva sobre a questão populacional tenta justificar a desigual distribuição de renda entre países e classes sociais e convencer os pobres que a pobreza é resultado dos filhos não evitados. “Na América Latina é mais higiênico e eficaz matar os guerrilheiros nos úteros do que nas serras e nas ruas” (GALEANO, 2009 p. 22).

Assim, na era dos monopólios, as intervenções estatais são direcionadas a responder as sequelas da “questão social” (que é fruto da sociedade de classes e, portanto, da exploração do trabalho) de forma falseada e mistificadora.

Como nos mostra Netto (2006), o caráter público do enfrentamento da “questão social” incorpora um substrato individualista no trato das sequelas da vida burguesa. Ademais, impõe a responsabilização dos sujeitos pelo aproveitamento ou não das possibilidades que lhes são oferecidas. Com efeito, como alerta o autor, as refrações da “questão social” são convertidas em problemas sociais, operando nesta conversão um

ethus individualista, sendo os problemas sociais transfigurados em problemas pessoais (privados).

Neste contexto, há o encolhimento dos espaços e ações coletivas e sociais e a tendência e valorização da *psicologização da vida social*, transferindo para o campo individual/privado a resolução dos problemas sociais com base na redefinição ou modificação de características pessoais. Assim, o sujeito é considerado mônoda, e lhe é imputada a responsabilidade por seu destino (NETTO, 2006).

Com forte enraizamento no pensamento positivista observa-se a naturalização do social, o que confere impotência aos sujeitos quanto aos rumos da sociedade, legitimando o que está estabelecido e resignando-os a este. Diante disso, a tradição teórica de cunho conservador busca na esfera moral explicação para os fenômenos sociais, abrindo-se espaço para a psicologização das relações sociais. A problemática da “questão social” nesta perspectiva não derivaria da sociedade de classes e sua estrutura, mas são externas a elas, são deslocadas para a esfera da moral.

O esforço de buscar elementos da formação sócio-histórica da América Latina, assim como os desdobramentos de sua relação subordinada com os países centrais parece ser uma pista preciosa que nos leva a “outras” chaves analíticas para compreensão da “questão social” e da arquitetura das políticas sociais que conformam neste território. O tipo particular de capitalismo agudiza as refrações da “questão social” neste espaço geográfico, assim como as políticas sociais como resposta a estas refrações plasman-se de forma bem particular, substancialmente diverso de políticas mais universais de tipo europeu.

Portanto, temos na América Latina a superexploração do trabalho com todas as consequências para as condições de vida da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo as sequelas da “questão social” são por vezes falseadas de modo que apareçam como resultado de problemas individuais/privados de cunho moralizante. Romper com essas bases mistificadoras da “questão social” parece-nos elementar para pensar a política social, que mesmo contraditória, deve forcejar como espaço estratégico de luta e de possibilidades para a classe trabalhadora.

Considerações Finais

O debate da “questão social” e da política social não pode prescindir de conteúdo crítico. Ademais, a particularidade do capitalismo dependente na América Latina nos

impõe o desafio de buscar as mediações e determinações conformam um tipo específico de extração de mais-valia que afeta medularmente as condições de vida da classe trabalhadora, seja do ponto de vista material ou espiritual.

De modo, faz-se urgente a ancorar as análises sobre a “questão social” em uma tradição teórico crítica, na qual, a nosso ver, a tradição marxiana nos oferece chaves analíticas fundamentais. Ademais, o esforço de buscar na construção sócio histórica da América Latina é tarefa fundamental que confere maior sentido ao trato da realidade social neste território. As determinações particulares com que se configuram o capitalismo dependente nos possibilitam compreensão mais apurada da gênese e desenvolvimento da “questão social” em nosso solo, assim como a arquitetura fundante das políticas sociais neste contexto.

Temos, portanto, como tarefa ética buscar dar intelegibilidade às raízes da “questão social” de modo que possamos pautar as políticas sociais de conteúdo crítico e civilizatório, caso contrário elas tendem a contribuir para o ocultamento da realidade tornando-se campo esterilizador das lutas sociais.

Referências

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GERRA, Yolanda. A dimensão investigativa do Serviço Social. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**: Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Centauros, 2002.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro (Org.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2006.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirela; CARRARO, Dilciane. **Política Social na América Latina**: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v.12, p. 147 -175, 2010.